



**ATA DA REUNIÃO DE  
DEZ DE MARÇO DE 2026**

-----No dia dez de março de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Nuno Miguel Martins Bandeira, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Seguidamente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

**1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1. – FALTAS -----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE-----**

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----**

**2 – PÚBLICO-----**

**3 – ORDEM DO DIA-----**

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**3.2 – MUNICÍPIO DE VISEU/VOTO DE PESAR-----**

**3.3 – MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES/AGRADECIMENTO-----**

**3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL/VOTO DE SOLIDARIEDADE-----**

**3.5 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CACÉM E SÃO MARCOS/VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE-----**

**3.6 – TARIFAS ESPECIAIS/PROCESSO Nº 2026/300.10.002/5-----**

**3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/11-----**

**3.8 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO-----**

**3.9 – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS PREVISTAS EM TERMOS LEGAIS-----**

**3.10 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM**



**REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM-AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM)-----**

**3.11 – MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026 - MODIFICAÇÕES N.º 1 A N.º 5-----**

**3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----**

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----**

**1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1 – FALTAS – Não houve.-----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE** – O senhor Presidente na sequência da intervenção do senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia, na última reunião da Câmara Municipal, informou que em relação ao serviço de telemedicina embora tenham sido feitos contatos com o Ministério da Saúde que encaminhou para os seus serviços partilhados, sendo a referência feita também pela ULS no sentido de ser promovida formação aos mediadores digitais, informou que até à data não foi rececionada resposta, tendo sido nossa expetativa que o serviço se iniciasse no início do mês em curso, porém face ao exposto ainda aguardamos por novos desenvolvimentos. Em relação à alusão efetuada ao PTRR informou que o documento de apresentação referente às bases e diversas vertentes para a sua construção foi remetido, no dia de ontem, pela CIMRC tendo sido encaminhado para os diversos serviços da Câmara Municipal para apresentação de contributos até ao dia 18.03.26, no âmbito dos objetivos definidos com a previsão temporal variável, nomeadamente, recuperar povoações e infraestruturas e atividade económica, reforçar a resiliência e a catástrofe, riscos sistémicos, e transformar o modelo económico e institucional. Informou ainda da sua presença na tomada de posse dos Vice-Presidentes da CCDRC, cerimónia presidida pelo ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, e contou com a presença da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, e do ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, e, naturalmente o senhor Presidente da CCDRC, José Ribau Esteves, tendo após este ato sido efetuada reunião do Conselho Geral na qual os autarcas manifestaram a sua posição relativamente às catástrofes ocorridas, os problemas com que se confrontam e a necessidade dos Municípios serem apoiados para reporem a normalidade nos seus territórios. Neste âmbito, informou não ter havido uma resposta concreta em relação ao financiamento que irá ser definido e a forma como o mesmo irá ser efetuado, tendo sido solicitado o envio dos prejuízos para se ter a

perceção do volume destes a nível nacional para que, posteriormente, seja definida a forma de como é que os municípios irão ser apoiados. Sublinhou que esta catástrofe nos tem ocupado bastante tempo, porquanto várias entidades têm-nos solicitado muita documentação, salientado que também irá dar nota sobre o assunto. Ao nível das comunicações informou terem sido reportadas algumas debilidades na rede fixa, telemóvel e internet em algumas das localidades da freguesia de Alvares, tendo para o efeito tomado as devidas démarches junto da ANACOM, tendo a empresa informado que a antena que serve Estevianas e Varzina ainda não se encontra operacional pelo que serão verificadas todas estas situações e outras. O senhor Presidente referiu ainda ter sido também referida a necessidade de um plano urgente para reabilitação das vias afetadas, a EN342, a ligação à Lousã, a EN2 na zona de Caracol, Vila Nova do Ceira, e também na zona da Portela do Torgal, Alvares, pelo que, tal como informou na anterior reunião, enviou uma comunicação ao senhor Ministro das Infraestruturas e também para a IP a solicitar urgência na intervenção que era necessário efetuar para repor a circulação entre os dois concelhos, Góis-Arganil, com fotos, face aos constrangimentos existentes ao nível de empresas, alunos, cuidados de saúde, entre outros. Ainda nesta matéria informou do contato realizado com a IP no sentido de ser urgente a reposição da situação tendo-lhe sido comunicado que conhecem a situação, entendendo ser prioritária, porém acresce a esta outras situações prioritárias em outros concelhos, não havendo previsão de quando é que esta via estará novamente funcional, estando presentemente a serem elaborados projetos para que se possam fazer as necessárias intervenções. Em relação à estrada que liga S. Martinho a Piães informou terem sido tomados os devidos procedimentos junto de todos os proprietários para que cedessem parte dos seus terrenos, tendo o pedido do Município sido por todos acedido, para que possamos intervir nesta via de outra forma para que possa ser mais segura. Em relação ao piso na zona da EN2, Caracol, informou que o projeto está a ser elaborado pelos serviços do município tornando-se menos oneroso para a Câmara Municipal sendo esta uma fase que temos de economizar recursos para serem utilizadas em ações que possam ser mais urgentes. Esta monitorização encontra-se a ser realizada para que oportunamente sejam efetuadas as intervenções sendo que parte destas irão ser realizadas pelos serviços externos do município, podendo naturalmente haver uma ou outra situação que teremos que recorrer a contratação externa.

Acréscimo ter sido feita também referência à intervenção e georreferenciação de dados estando esse trabalho feito, ou seja, nos dias 4 e 6 de março, foram remetidos à CCDRC e à CIM-RC os mapas de inventariação dos danos, acompanhados da estimativa do valor dos prejuízos nas diversas áreas afetadas, tendo para o efeito dado conhecimento de alguns destes valores. Coletividades, IPSS e entidades religiosas – Prejuízo estimado 106.300,00€, cujo o custo de reposição é de 191.410,00€; Equipamentos e infraestruturas municipais: Prejuízo estimado: 2.258.861,45€ - valor de reposição: 3.350.018,95€; Património cultural: Prejuízo estimado 60.300,00€ - valor de reposição: 63.000,00€; Equipamentos e infraestruturas das freguesias: valor de reposição – 2.000,00€ - valor de reposição: 3.750,00€. Sublinhou que face ao conflito recente no Médio Oriente o qual tem gerado um impacto significativo nos preços em Portugal, com previsões de subidas contínuas em alguns bens, o valor estimado poderá efetivamente aumentar. Informou ainda, que se encontra em fase de conclusão o inventário relativo aos danos nas áreas de imóveis habitacionais, agricultura e atividades económicas. Não obstante, relativamente à área da habitação, informou que os dados relativamente à 1ª habitação são os seguintes: União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal - 9; Alvares -76; Vila Nova do Ceira: 4, Góis: 4, num total de 93 habitações, 2ª habitação: 12, 243,1, 4, respetivamente, num total de 260 habitações. Informou de que a lei não prevê o ressarcimento dos prejuízos referentes à segunda habitação. Mais informou que até à presente data foram recebidas 22 candidaturas, das quais 3 foram remetidas à CCDRC com parecer desfavorável e as restantes encontram-se em fase de análise, aguardando esclarecimentos ou a entrega de documentação adicional por parte dos requerentes, de forma a permitir a emissão do parecer final dos técnicos da Câmara Municipal e o subsequente envio à CCDRC para decisão final. Informou ainda que se encontram em curso as vistorias técnicas às habitações, cujos prejuízos estimados ultrapassam os 5.000,00 €, conforme previsto nos procedimentos aplicáveis. Ainda nesta área informou que a CIMRC celebrou um protocolo com as Ordens dos Arquitetos e dos Engenheiros, permitindo, caso se revele necessário, remeter processos para validação técnica dos valores constantes nos orçamentos apresentados. -----

-----Prosseguiu, referindo ter sido também feita menção ao financiamento para reparações municipais tendo sido por si informado que até à data ainda não existe nada em concreto, sendo que em reunião da ANMP, a qual contou com a presença do senhor Paulo Fernandes, Presidente



da Estrutura de Missão Reconstrução da Região Centro, bem como dos Secretários de Estado da Administração Local, Silvério Regalado, e do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Hélder Reis, os Presidentes dos Municípios referiram a necessidade de serem apoiados para poderem efetuar as intervenções necessárias nos seus territórios. Ainda sobre os danos provocados pela Tempestade KRISTIN informou que o ICNF tem um Programa de Ação para a desobstrução da Rede Viária Florestal tendo sido solicitado neste âmbito as necessidades existentes no concelho, ou seja, na Freguesia de Alvares: 289,69 km – 35% da rede viária florestal (RVF); Góis: 392,81 km – 41% RVF; Vila Nova do Ceira: 117,7 7km – 28% RVF; União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal: 298,38% - 14% RVF. Esta situação está monitorizada pelo que o CNF irá proceder a estas intervenções de desobstrução das vias. Acresce a esta situação a Mata da Oitava que tem centenas de árvores partidas, sendo que este material lenhoso terá que ser retirado, assunto que está a ser tratado pelos serviços florestais, pois o município não tem capacidade para efetuar este trabalho.-----

-----Informou que, no dia 19.03.26, irá realizar-se uma sessão de esclarecimento na CIMRC do Sistema de Incentivos de Bases Territorial do Pinhal Interior, dotado de 4.000.000,00 euros, financiado pelo Centro 2030 (FEDER), objetivando apoiar projetos de investimento de micro e pequenas empresas para a modernização, diversificação da base económica e criação de emprego na região, até ao máximo de 300.000,00 euros de investimento elegível, com o apoio do FEDER até 70% daquele valor, para os territórios de baixa densidade.-----

-----Seguidamente fez alusão à participação do Município de Góis participou na 36ª edição da BTL – Better Tourism Lisbon Travel Market, realizada entre os dias 25 de fevereiro e 1 de março de 2026, na FIL – Parque das Nações, em Lisboa. Referiu que a BTL constitui o principal evento nacional dedicado ao setor do turismo, reunindo entidades públicas, operadores turísticos, empresas do setor e público em geral, assumindo-se como uma plataforma estratégica para a promoção, divulgação e comercialização de destinos turísticos, tanto no mercado nacional como internacional. A presença do Município de Góis concretizou-se através da sua participação no stand da CIMRC e no stand da Associação de Municípios da Rota da EN2, reforçando a integração do concelho em redes territoriais de promoção turística e potenciando a visibilidade do território junto de diversos públicos-alvo. A participação teve como principal objetivo promover o concelho de Góis enquanto destino turístico de excelência, evidenciando os seus recursos naturais,



culturais e gastronómicos, bem como os eventos estruturantes que contribuem para a dinamização económica e turística do território. Durante o evento foram disponibilizados diversos materiais promocionais e informativos, permitindo apresentar ao público visitante e aos profissionais do setor a oferta turística do concelho, nomeadamente no domínio do património cultural, recursos naturais, gastronomia tradicional, produtos endógenos e programação de eventos. Paralelamente, a presença institucional na feira constituiu uma oportunidade relevante para estabelecimento e reforço de contactos com entidades, operadores e agentes do setor turístico, contribuindo para a consolidação de parcerias e para o reforço da estratégia de promoção turística do Município. A participação do Município de Góis na BTL 2026 assentou num conceito de promoção centrado na valorização do património cultural e identitário do concelho, enquanto elemento distintivo do território e fator de diferenciação no contexto regional e nacional. Neste enquadramento, a estratégia de comunicação privilegiou duas vertentes fundamentais: Festividades e tradições locais; Gastronomia e produtos endógenos. Estas duas dimensões encontram-se profundamente interligadas através de um elemento comum: a tradição, refletindo os saberes, os sabores e as práticas culturais que caracterizam a identidade das comunidades locais. A promoção do território foi assim orientada para a valorização dos recursos endógenos, destacando o papel das associações, produtores e empresas locais enquanto agentes fundamentais na criação e disponibilização de experiências turísticas autênticas e diferenciadoras. Neste contexto, o Município procurou reforçar a imagem de Góis como um destino turístico singular, sustentável e diversificado, capaz de proporcionar experiências de contacto com a natureza, vivência cultural e fruição gastronómica, ao longo de todo o ano. A identidade do território foi igualmente afirmada através da valorização da sua principal riqueza, sendo ela, as pessoas e a autenticidade das comunidades locais, elementos fundamentais na construção de experiências turísticas memoráveis.-----

----Deu conhecimento da Lei n.º 9-B/2026, de 6 de março, que autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e a alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana. O RJUE é um instrumento importante incidindo nos licenciamentos da competência dos municípios, sendo que o RMUE estava a ser objeto de revisão, porém a mesma somente irá avançar quando se tiver conhecimento de todas as alterações que serão realizadas ao RJUE.-----



-----Por fim, o senhor Presidente referiu que no pretérito dia 20.02.26 foi surpreendido com um contato da organização do Rally de Portugal onde fomos confrontados com uma decisão tomada, sem termos sido previamente consultados, que Góis, no presente ano, iria ter somente uma passagem da prova, o que nos desagradou profundamente. Neste sentido, junto do senhor Presidente do ACP foi comunicado que a decisão tomada não era do acordo do Município de Góis tendo sido apresentadas um conjunto de fundamentações por parte do promotor, parte destas sem sentido, tendo sido também apresentado o desagrado de a passagem ser no período da tarde, sendo naturalmente diferente do que aconteceu nos anos anteriores, facto que no presente ano poderá não ter o mesmo impacto em termos de público. É do conhecimento de todos que esta classificativa era um ponto de encontro de convívio durante o período noturno, bem como verem a primeira passagem no período da manhã e ficarem até à segunda passagem no período da tarde. Pelo que tendo em conta o horário da passagem da prova e também ser uma só classificativa irá influenciar o número de visitantes tendo, naturalmente, um menor impacto na economia local. Neste sentido, fez a devida reclamação junto do senhor Presidente do ACP, tendo sido abordado por alguns órgãos de comunicação social onde teve a oportunidade de manifestar o seu desagrado, assim como foi feita uma publicação nas redes sociais. Ao nível da participação informou que o Município de Góis não irá participar com o valor que nos foi proposto, porquanto ao reduzir-nos unilateralmente as passagens naturalmente que o financiamento terá que ser forçosamente inferior. Acresce que a despesa que se tem para se fazer uma passagem é igual se forem duas passagens, sendo que as estradas florestais por força do inverno chuvoso e das intempéries encontram-se bastante degradadas o que, naturalmente, faz com que os trabalhos sejam mais profundos. É um facto que não estamos satisfeitos com a opção tomada, porém não tomámos uma opção mais radical porquanto teremos que olhar para o futuro e para o interesse da região e do território, sendo a classificativa de Góis importante e queremos no futuro continuar a ter o Rally de Portugal em Góis em moldes dos anos anteriores, mas também temos a noção que existem muitos concelhos que também desejam ter esta prova no seu território e, por essa ordem de razões, teremos que ter alguma cautela na forma como abordamos o assunto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves começou por fazer referência a algumas atividades promovidas pelo Município e, como o senhor Presidente mencionou e, bem, são para a nossa maior riqueza, a promoção do bem-estar, que são as pessoas. Primeiramente destacou a presença do Clube de Malha e Lavoires no 1º Encontro Cinema e Agulhas, em Lisboa, tendo sido uma ideia interessante sendo a ocupação saudável do tempo livre essencial para a promoção do bem-estar, o convívio e a partilha entre todos, num ambiente descontraído, momentos simples como um lanche partilhado, a animação do Clube da Malha, os delicados trabalhos de lavoires e uma sessão de cinema tornam-se oportunidades valiosas para fortalecer laços, estimular capacidades e criar memórias felizes, sendo pequenos gestos que preenchem o dia de alegria dando sentido ao tempo vivido em comunidade. No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher fez alusão a uma iniciativa promovida pelo Serviço de Turismo do Município, nomeadamente por um aluno estagiário da licenciatura em Turismo, em que o próprio realizou um vídeo com testemunhos de sete mulheres da nossa comunidade, no qual pudemos ouvir e ver histórias, opiniões distintas e, desta forma, parabenizou a iniciativa. Destacou o grandioso espetáculo dos Berry Singers, Coro Universitário de Rome, Georgia (EUA), realizado, no passado sábado, na Casa da Cultura de Góis, enfatizando que a digressão do grupo pelo nosso país contemplou Góis, Porto e Setúbal, todavia salientou a fraca adesão por parte da nossa comunidade, devido a outras iniciativas. Ainda sobre ações promovidas pelo Município destacou também a entrega de certificados de português língua de acolhimento aos formandos estrangeiros do concelho, numa parceria do Município de Góis e o Centro de Ensino – Petroensino, ação bastante pertinente porquanto a comunidade estrangeira representa cerca de 10% da população do concelho. Por último, destacou que irá ser levada a efeito uma nova Campanha de Esterilização de Animais de Companhia, a qual é gratuita, reforçando o controlo responsável dos cães e gatos no concelho, salientando que investir neste tipo de ações é também para nós investir em saúde pública, em bem-estar animal e numa comunidade mais bem sensibilizada para a importância da responsabilidade individual. Pequenas decisões quando assumidas coletivamente têm a capacidade de gerar mudanças significativas e duradoras no nosso concelho. -----  
-----Seguidamente recordou que, na reunião de Câmara de 31 de outubro de 2025, havia colocado ao Senhor Presidente um conjunto de questões relativas aos trabalhos de

pavimentação e alcatroamento realizados no concelho no período pré-eleitoral. Referiu que, até à presente data, não foi facultada resposta às questões então colocadas, apesar de se tratar do exercício legítimo do direito de informação dos eleitos locais e de matéria diretamente relacionada com a gestão de recursos públicos. Sublinhou que a ausência prolongada de esclarecimentos suscita dúvidas quanto à existência de planeamento prévio ou de um plano de prioridades devidamente definido para as intervenções realizadas entre os meses de julho e outubro de 2025. Assim, informou que, perante a falta de resposta até ao momento, os Vereadores do Partido Socialista formalizaram, para os devidos efeitos, a apresentação de um requerimento escrito, reiterando o pedido de informação anteriormente formulado, designadamente a relação detalhada das vias intervencionadas nesse período, as datas de execução dos trabalhos, as respetivas fontes de financiamento, os critérios técnicos que estiveram na base dessas decisões e o esclarecimento sobre a eventual existência de planeamento formal para essas intervenções. Acrescentou que se trata de informação que consideram elementar para assegurar transparência, rigor na gestão pública e o normal funcionamento democrático dos órgãos municipais.-----

-----Prosseguiu, referindo que a recente transição na Presidência da República constitui um momento institucional relevante para o país e para o normal funcionamento das instituições democráticas. Nesse sentido, considerou oportuno que a Câmara Municipal assinalasse esse momento através da apresentação de dois votos distintos. O primeiro, um voto de agradecimento e reconhecimento a Marcelo Rebelo de Sousa, pelo exercício das funções de Presidente da República ao longo dos últimos dez anos, período que referiu ter sido marcado por uma Presidência de grande proximidade aos cidadãos e ao território. O segundo, um voto de congratulação e saudação institucional a António José Seguro, que inicia agora funções como Presidente da República Portuguesa, expressando o desejo de que o seu mandato contribua para reforçar a coesão territorial, a valorização do poder local e a atenção aos territórios do interior. Neste enquadramento, apresentou à apreciação da Câmara Municipal os dois votos, cujo teor passou a ler.-----

-----No primeiro, relativo ao voto de agradecimento e reconhecimento a Marcelo Rebelo de Sousa, foi referido que este exerceu funções como Presidente da República Portuguesa ao longo dos últimos dez anos, período durante o qual afirmou uma Presidência marcada pela

proximidade aos cidadãos, pela presença regular no território e pela atenção às comunidades locais, reforçando a ligação entre as instituições do Estado e os portugueses. Foi ainda salientado que o concelho de Góis teve a honra de receber o Senhor Presidente da República em diversas ocasiões ao longo desse período, visitas que constituíram momentos relevantes de contacto institucional e de valorização do território, das suas instituições e das suas populações. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Góis expressaria o seu reconhecimento institucional pelo serviço prestado ao país e pela forma como, ao longo do seu mandato, promoveu uma Presidência próxima dos portugueses e atenta aos territórios.-----

-----No segundo, relativo ao voto de congratulação e saudação institucional a António José Seguro, foi referido que a Câmara Municipal de Góis apresentaria a sua congratulação pela eleição e tomada de posse do novo Presidente da República Portuguesa. Foi ainda assinalado que, no seu discurso de tomada de posse, o novo Presidente destacou a importância da coesão territorial, do combate às desigualdades regionais e da valorização do poder local, princípios considerados particularmente relevantes para os territórios do interior. Nesse contexto, foi sublinhado que concelhos como Góis enfrentam desafios estruturais ao nível da demografia, da mobilidade, do desenvolvimento económico e do acesso a serviços, sendo fundamental que a agenda nacional continue a reconhecer e valorizar o papel destes territórios na construção de um país mais equilibrado e solidário. Concluiu referindo que a Câmara Municipal de Góis dirigiria ao Senhor Presidente da República uma saudação institucional pelo início do seu mandato, formulando votos de êxito no exercício das suas funções ao serviço de Portugal e de todos os portugueses.-----

-----O senhor Presidente em relação ao requerimento apresentado na sequência das questões sobre a pavimentação referiu não ter nada a esconder, não sendo e não tendo como princípio este tipo de atitudes por prezar não ter esse tipo de comportamentos. Salientou que o documento ainda não foi apresentado, entendendo estar em fase final pelos serviços externos, contudo em função de algumas contingências ainda não teve a possibilidade de o terminar. Acresce, que o documento a apresentar não fará somente referência ao período solicitado, mas sim a todo o mandato para que os senhores Vereadores do PS se aperceberem da dimensão e alcance do trabalho que foi efetuado. Destacou que por muito planeamento que haja, podemos ser sempre confrontados com situações a que temos que dar prioridade, como foi o caso do

incêndio ocorrido no passado verão, que naturalmente fez com que os trabalhos agendados para esse período não tivessem sido realizados. Relembrou as suas anteriores palavras quando se falou, em anteriores reuniões, do assunto em que não houve qualquer planeamento de determinasse que a execução dos trabalhos iria ser efetuada em período eleitoral, pelo que estarem os senhores Vereadores em insistir sobre o assunto não é correto pelo facto de não ter havido essa intenção, não sendo essa a sua prática e nunca o será por não se rever na mesma. Caso o tenha acontecido foi por mero acaso, referindo que oportunamente será o documento entregue aos senhores Vereadores.-----

-----Seguidamente colocou à votação o Voto de Agradecimento e Reconhecimento ao senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, bem como o Voto de Congratulação e Saudação a S.E. o senhor Presidente da República, António José Seguro, tendo ambos sido aprovados por unanimidade.-----

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves referiu que apesar do senhor Presidente ter feito uma exposição da promoção do nosso território na BTL não pode deixar de se pronunciar sobre estes, pois pode concluir ter sido uma missão cumprida, porquanto divulgámos os nossos produtos endógenos, através da gastronomia, bem como parte das nossas tradições, através da animação dos foliões da Lousitânea, e, também, alguns dos espetáculos como o Chronosphere Festival e a Concentração Mototurística, iniciativas promotoras do nosso território objetivando estas a atração de novos visitantes e a dinamização do nosso turismo e, conseqüentemente, da nossa economia. -----

-----No âmbito da formação da língua portuguesa para estrangeiros, promovida pela Petroensino em parceria com o Município de Góis, referiu terem sido entregues 15 certificados a estrangeiros que se fixaram no nosso concelho, sendo a comunidade estrangeira 10% da população residente no nosso território, sendo esta uma das apostas do Município na integração da comunidade internacional na nossa comunidade.-----

-----No âmbito do Concurso Concelhio de Leitura “Góis a Ler 2026”, organizado em parceria entre o Agrupamento de Escolas, a Biblioteca Municipal de Góis e o Município de Góis, o qual objetiva a promoção da literacia literária e no envolvimento ativo da comunidade escolar, referiu terem sido selecionadas três alunas, 1º, 2º e 3º ciclo, que irão representar o Agrupamento de Escolas e o Município de Góis no Concurso Intermunicipal de Leitura da Região Metropolitana de Coimbra,-----



felicitando todos os participantes e as alunas que irão representar Góis.-----

-----Na sequência do Projeto “Aproximar” referiu que as atividades foram retomadas salientando que, no passado ano, tiveram início nas localidades de Malhada e do Carvalhal do Sapo, aldeias recônditas da União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, pelo que pelo êxito obtido no ano transato nestas duas aldeias, por promover o convívio, o combate ao isolamento e reforçar os laços de proximidade da comunidade, o projeto está a ser também dinamizado na Freguesia de Alvares, na aldeia de Fonte Limpa, junto da comunidade local e também de fregueses vindos de outras aldeias vizinhas, tendo a primeira sessão reunido cerca de onze habitantes sendo positivo numa ótica de promoção do envelhecimento ativo. -----

-----Em matéria cultural fez alusão ao concerto protagonizado pelos Berry Singers, Coro Universitário de Rome, Georgia (EUA), na Casa da Cultura de Góis, considerando que a data para a realização do concerto não foi a mais adequada para que mais público se associasse, porquanto nesse mesmo dia houve um conjunto de iniciativas comemorativas do Dia da Mulher, porém o público presente foi brindado com um concerto marcado pela diversidade musical e qualidade interpretativa, tendo sido um excelente momento cultural. A atuação em Góis integrou a digressão do Coro que o grupo realiza em Portugal, incluindo concertos no Porto e em Setúbal. -

-----Ainda no âmbito das comemorações do Dia da Mulher felicitou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis pela organização do jantar comemorativo desta efeméride, no qual esteve presente, felicitações extensivas à Palavra Renovada - Associação Cultural e Recreativa, sediada em Monteira, freguesia de Vila Nova do Ceira, porquanto também promoveu um jantar para assinalar esta data importante. No dia 08 de março referiu ter estado presente no almoço comemorativo deste marco histórico na sede da Associação dos Amigos de Santa Bárbara, tendo nesse mesmo dia, sido também promovido um jantar alusivo à data na 4ª secção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis em Alvares, promovido por uma Comissão de Mulheres da Freguesia, ao qual se associarem cerca de 140 senhoras desta freguesia e também de outros concelhos, com a peculiaridade de ter tido como convidado de honra o senhor Presidente da Câmara Municipal. Ainda nesse mesmo dia referiu que o Município de Góis, no âmbito do projeto municipal Clube da Malha e dos Lances de Góis, Cortes e Várzea Pequena, proporcionou às participantes celebrar o dia de forma diferente através da participação no 1.º Encontro “Cinema e Agulhas”, em Lisboa, sendo todos estes momentos de convívio, partilha e

celebração que marcaram o Dia da Mulher. -----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu associar-se à evocação do Dia Internacional da Mulher, assinalado pelo Município. Sublinhou o contributo determinante das mulheres na vida das comunidades, também no concelho de Góis, salientando como positivo o facto de assumirem atualmente responsabilidades relevantes na vida pública local, em diversas instituições e nos vários órgãos autárquicos. Referiu, a esse propósito, que o executivo municipal integra duas vereadoras e que duas das freguesias do concelho são presididas por mulheres. Concluiu afirmando que estes são sinais importantes de participação, de confiança e de reconhecimento do papel das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, deixando uma palavra de reconhecimento a todas as mulheres do concelho.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção informando o Executivo de que, no dia 9 de março, foi apresentada na Assembleia da República uma pergunta ao Governo pelos Deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Coimbra, Pedro Delgado Alves, Rosa Isabel Cruz e Pedro Coimbra, relativamente à situação da EN 342, no troço entre Góis e Arganil, dirigida ao Ministério das Infraestruturas e Habitação. Referiu que esta iniciativa surgiu na sequência de uma deslocação recente dos referidos Deputados ao local onde se encontra o corte da estrada, tendo estes podido verificar diretamente a dimensão dos danos e os impactos que esta situação está a provocar na mobilidade das populações. Sublinhou tratar-se de uma preocupação já manifestada relativamente ao encerramento desta via estruturante para o concelho de Góis e para a ligação ao concelho de Arganil, com impactos relevantes para trabalhadores, empresas, estudantes e para o acesso à Unidade de Saúde de Arganil. Acrescentou que, na pergunta apresentada, da qual entregou cópia ao Senhor Presidente, os Deputados solicitam ao Governo esclarecimentos sobre se já foi realizada a avaliação técnica dos danos no troço afetado, se se encontra em preparação uma empreitada urgente de reparação e qual o calendário previsível para a realização da obra, bem como que soluções transitórias poderão ser equacionadas para minimizar os impactos nas populações, designadamente a possibilidade de circulação condicionada numa faixa de rodagem com semaforização, caso existam condições de segurança. Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se o Município já obteve alguma resposta do Senhor Ministro das Infraestruturas à interpelação que, segundo foi referido anteriormente, já teria sido dirigida pelo Município sobre este mesmo assunto. Por fim, referiu

considerar importante que o Município continue a exercer a necessária pressão institucional para que esta situação seja resolvida com a maior urgência possível e para que seja encontrada, se tecnicamente viável, uma solução que permita a reabertura da estrada no mais curto espaço temporal, ainda que de forma condicionada, enquanto não é realizada a intervenção definitiva, salientando tratar-se de uma ligação essencial para o concelho e para as populações do interior, que não podem continuar a suportar indefinidamente os constrangimentos atualmente existentes.-----

-----Relativamente às alterações anunciadas para o Rally de Portugal 2026, importava colocar algumas questões que considerava relevantes para o Município e para o concelho de Góis. Referiu que, conforme mencionado pelo Senhor Presidente, a eliminação de uma das duas passagens pelo troço de Góis constituía uma alteração com impacto significativo. Salientou que o troço de Góis é reconhecido como um dos mais espetaculares da prova e que a redução para uma única passagem representaria, inevitavelmente, uma diminuição da presença de público, uma vez que grande parte dos espectadores tende a concentrar-se nos troços com dupla passagem, o que teria reflexos evidentes na dinâmica económica local, no comércio, na restauração e na projeção mediática do concelho. Acrescentou que esta decisão do Automóvel Clube de Portugal surgia num contexto que deveria também merecer uma reflexão mais ampla, recordando que, recentemente, a Federação de Motociclismo de Portugal decidiu igualmente excluir do calendário do Campeonato Nacional de Todo-o-Terreno o Raide organizado pelo Góis Moto Clube, uma prova com décadas de história e forte ligação ao território. Na sua perspetiva, a conjugação destas decisões representava uma redução da presença de grandes eventos de desporto motorizado no concelho, com impactos não apenas desportivos, mas também económicos, turísticos e promocionais para Góis. Tendo em conta este contexto, referiu que importaria esclarecer alguns aspetos.-----

-----Em primeiro lugar, relativamente ao momento em que o Município foi informado da alteração, questionou se, considerando que o Município de Góis teria sido formalmente informado desta decisão antes da última reunião de Câmara, realizada em 24 de fevereiro, qual a razão para essa informação não ter sido partilhada com o executivo municipal.-----

-----Em segundo lugar, relativamente ao cumprimento do protocolo entre o ACP e o Município de Góis, referiu presumir a existência de um protocolo celebrado entre o Automóvel Club de

Portugal e o Município, que prevê um conjunto significativo de encargos materiais e logísticos assumidos pelo Município, questionando se, face à redução de uma passagem no troço de Góis, a compensação financeira associada a esse protocolo seria ajustada e em que medida, tendo em conta que o impacto da prova no concelho seria inferior ao previsto.-----

-----Em terceiro lugar, relativamente às garantias para o futuro da classificativa de Góis, referiu ter sido mencionado publicamente existir um compromisso do ACP para que, nas próximas edições, fosse retomada a dupla passagem em Góis, questionando se esse compromisso se encontrava formalizado e em que termos, designadamente tendo em vista a edição de 2027.----

-----Abordou ainda questões relacionadas com o troço agora designado “Lousã”, referindo que o antigo troço da Candosa, profundamente associado à história do Rally de Portugal e ao território de Góis, surge agora designado como troço da Lousã, considerando que tal alteração de designação desvaloriza a história da prova e o próprio território de Góis, ao omitir o nome de uma zona com relevância turística e ligação histórica ao rally. Referiu ainda que esse troço, embora passe a ter dupla passagem, apresenta limitações evidentes do ponto de vista da presença de público, nomeadamente reduzida capacidade de acolhimento de espectadores, dificuldades na criação de zonas espetáculo com condições adequadas de segurança e limitações ao nível das acessibilidades e das zonas de estacionamento. Acrescentou que o referido troço decorre próximo de uma zona que se encontra em litígio administrativo com o Município de Góis, questionando quem assumirá a preparação e arranjo da via, cujo piso se encontra bastante degradado e exigirá um investimento considerável, bem como a responsabilidade pela limpeza dos terrenos adjacentes ao troço, na zona final junto ao Cerro da Candosa, já no concelho de Góis. Por fim, referiu que, apesar das reservas apontadas, considerava importante que o Município procurasse tirar o melhor partido possível da passagem no troço da Candosa, potenciando a divulgação turística do local e aproveitando a proximidade às localidades da Ponte do Sótão e de Vila Nova do Ceira, criando condições para captar parte dos espectadores que se deslocarão à prova e para dinamizar a economia local nesse dia. Concluiu referindo que registava a posição pública de discordância já manifestada pelo senhor Presidente, bem como a comunicação institucional divulgada pelo Município sobre esta matéria, considerando, ainda assim, importante que o executivo pudesse prestar os esclarecimentos necessários ao órgão Câmara, de modo a permitir compreender em que termos ocorreu esta alteração, quais as suas

implicações para o Município e que garantias existem para o futuro da classificativa de Góis no Rally de Portugal, sublinhando que uma prova desta dimensão tem um valor desportivo, promocional e económico muito relevante para o concelho, mas exige igualmente transparência, equilíbrio institucional e defesa firme dos interesses de Góis.-----

-----O senhor Presidente referiu que sobre a questão do Rally de Portugal, tal como informou, não reportou a informação pelo facto de ter ficado acordado ter uma conversa pessoal para a decisão final tendo sido por esse mesmo facto que optou por não transmitir essa informação. Relativamente ao protocolo referiu ter uma informação do ACP a solicitar que o montante a compartilhar pelo Município de Góis seja igual ao do passado ano, pelo que irá comunicar que em virtude de ter havido uma violação do documento inicial terá que efetivamente o documento ser alterado. Em relação ao que possa vir acontecer no futuro referiu ser intenção do Município que a prova continue a passar no concelho, apesar de não existir nenhum compromisso escrito foi-nos informado que Góis, no futuro, iria ser compensado. Em relação ao troço da Candosa-Lousã referiu não haver qualquer tipo de investimento e intervenção por parte do Município, sendo uma responsabilidade do Município da Lousã. Sobre a passagem em Mortágua da prova informou que no ano transato o Município acolheu duas passagens, realçando que o compromisso financeiro que este Município tem é superior ao nosso.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia relativamente à Candosa uma vez que o troço se inicia nesta zona referiu que será de considerar uma forte promoção da zona envolvente pela sua apetência turística devendo o Município aproveitar esta oportunidade, embora seja designado como “troço da Lousã”, mas fazer-se com que se perceba bem o potencial daquele local e promovê-lo enquanto destino turístico do concelho de Góis. -----

-----O senhor Presidente referiu que a estrada EN342-3 que liga Vila Nova do Ceira à Candosa na sequência das intempéries teve um deslizamento que obrigou a limitar a faixa de rodagem pelo que a circulação de viaturas nesta via é também motivo da nossa preocupação. Em relação à EN342 referiu que a visita ao local foi meritória pelo que os deputados que representam os ciclos eleitorais distritais existem precisamente para terem proximidade, deslocarem-se aos territórios e ajudarem os Executivos, elogiando a iniciativa por entender ser importante, bem como pelo facto de muitas vezes, nos sentirmos um pouco impotentes para podermos resolver alguns problemas se não tivermos estas manifestações de solidariedade e de questionar na Assembleia

da República quem de direito. Todavia, referiu ser importante não ir somente ao local verificar a situação, porquanto não se tem a dimensão do que representa esta parte da EN342 estar cortada, sendo de igual forma importante fazer o circuito alternativo para se confrontarem com alguns constrangimentos com que nos deparamos ao longo do percurso, sendo também importante verificar que existem alunos a frequentarem o ensino em Arganil têm de fazer um outro circuito acrescentando ao mesmo a disponibilização e transporte por parte do Município para que os alunos cumpram com os horários escolares. -----

-----Dada a palavra o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia informou que os Deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Coimbra e todos quantos os acompanharam fizeram todo o circuito porquanto só assim faria sentido.-----

-----O senhor Presidente ainda em relação ao troço cortado na EN342 referiu que pelo que pôde constatar in loco, a desestabilização do piso e o curso de água ali existente, referiu ter sérias dúvidas que estar a limitar a circulação de trânsito somente numa das faixas de rodagem não representa algum perigo, existindo a possibilidade das viaturas mais pesadas transgredirem e poderem criar algum tipo de perigo. Acresce que na altura esta foi uma das hipóteses equacionadas junto da IP tendo sido comunicado, após avaliação, não haver garantias de que a passagem regular de viaturas, numa única zona, não colocasse em perigo a parte restante da via e, inclusive, pessoas e bens. Efetivamente trata-se de uma situação complexa que a todos nos preocupa e, naturalmente, quanto mais força tivermos e mais pressão houver, continuaremos a tomar diligências no sentido de repor a normalidade, salientando não ter rececionado até à data qualquer resposta, sendo sua posição continuar a insistir junto da IP. Ainda sobre a EN342 referiu que no trajeto Lousã-Góis existem zonas com muita instabilidade, visível em algumas curvas, salientando a necessidade existente de uma intervenção profunda. Referiu que espera que o que se pretende com o PTRR tenha esse alcance e que haja intervenção com alguma profundidade nas vias estruturantes e que o Município de Góis possa vir também a beneficiar.-----

-----O senhor Vice-Presidente sobre a BTL referiu que muito já se falou sobre este certame pelo que apenas importa presentemente agradecer a todas as Entidades envolvidas nos vários momentos que o Município de Góis teve oportunidade de presentear todos os visitantes, à Lousitânea e aos seus foliões pela animação, bem como pelo prato gastronómico que confeccionaram, os croquetes de truta, ao chefe Carlos Rosa da Padaria, pela confeção das



gamelinhas, à Rita em representante do Festival Chronosphere, aos membros do Góis Moto Clube pela representação no stand da Rota da EN2, aos Técnicos do Município e a todos os Goienses presentes. Apesar de terem sido dias bastante intensos foram gratificantes sendo que pelo feedback de quem nos visitou a BTL é sem dúvida um dos melhores certames para promover o concelho. Ainda sobre certames informou que, de 11 a 15 de março, irá decorrer a Nauticampo, na FIL, sendo que o Município de Góis irá estar representado no stand da Estação Náutica de Coimbra, apelando à visita uma vez que esta feira reúne o melhor da Náutica de Recreio, Campismo, Caravanismo, Desporto Aventura, sendo muito direcionada para o nosso tipo de turistas.-----

-----Relativamente ao Rally de Portugal referiu que foi comunicado ao Município, na última semana de fevereiro, de que iria ser somente realizada uma passagem em Góis, porém pelo facto de estar agendada reunião posteriormente, essa informação não foi pública. Realizada a reunião a mesma não produziu o efeito que pretendíamos, ou seja, manter as duas passagens em Góis, bem como alterar o horário da prova para o período da manhã o que também não foi aceite, mantendo-se o horário da passagem da prova às 13h20 do dia 08 de maio. Efetivamente a existência de uma só passagem poderá fazer com que haja uma diminuição do público, perdendo também o concelho por ter uma menor afluência de visitantes nessa altura, contudo entende que também a organização irá perder um dos principais trajetos ao nível de espetáculo e imagem, uma vez que quando foi apresentada a prova na BTL, no stand do Turismo do Centro, as imagens mais impactantes foram as do troço de Góis, pelo que quem perde são também os promotores do Rally de Portugal e, naturalmente, o nosso território, pois é sabido que a procura de público não irá ser a mesma que nos anos anteriores, acrescentando todo o trabalho que a Câmara Municipal tem ao longo do ano de manter o troço nas melhores condições, não sendo por acaso que nos é solicitado no decorrer do ano o troço para treinos. Efetivamente o ego dos Goienses está ferido porquanto este troço tem sido bastante procurado não somente pelas zonas de espetáculo, mas também pelo próprio convívio que a prova permite a quem nos visita. Em relação ao troço Gois-Lousã referiu que todo o investimento será efetuado pelo Município da Lousã, havendo uma proposta de fazermos uma das zonas de espetáculo conjunta, na zona da Candosa, porquanto o início deste troço será na EN342-3, duas curvas antes de entrar no caminho de terra, ou seja, o troço começa no nosso concelho. Relativamente ao Raide referiu

que a não concretização deste, terá, na sua opinião, repercussões negativas ao nível económico no nosso território, pelo facto de ter impacto direto na economia local, em virtude dos participantes necessitarem ao longo desses dois dias de alojamento e restauração, sendo essa a perda que se irá verificar. Contudo, no presente ano Góis ficou de fora do calendário de provas havendo o compromisso de no próximo ano a prova ser novamente aqui realizada. Ainda sobre o Rally de Portugal referiu que já nas anteriores edições o Município de Mortágua acolheu duas passagens da prova, tendo para isso o montante de comparticipação sido superior ao nosso, sublinhando que no presente ano importa cumprir com o que nos foi imposto, não em termos financeiros, por entendermos não ser o adequado, uma vez que a prova foi reduzida a uma só passagem, não devendo uma só passagem ser motivo de confronto com os promotores do evento. Sobre a zona de espetáculo referiu que estão a ser tomadas diligências conjuntamente com o Município da Lousã, salientando que a ZE irá ser em território de Góis, não sendo na zona de “conflito”, pelo que irá ser dada publicidade ao comércio existente na freguesia de Vila Nova do Ceira e, conseqüentemente, dos pontos turísticos de todo o concelho.-----

----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que quando mencionou a zona de “conflito”, não teve intenção de referir se a linha limitação do concelho é nesta área, mas sim uma vez que iremos ter imagens da Candosa associadas à Lousã, sendo isso que importa trabalhar para que fique bem explícito que é no nosso território, e não da Lousã.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2 – PÚBLICO:** Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

**3 – ORDEM DO DIA**-----

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de 2026, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.2 – MUNICÍPIO DE VISEU/VOTO DE PESAR** – A Câmara tomou conhecimento do Voto de Pesar remetido pelo Município de Viseu pelas vítimas mortais resultantes dos fenómenos meteorológicos que afetaram o território nacional, provocando conseqüências humanas e materiais de elevada gravidade. -----

**3.3 – MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES/AGRADECIMENTO** – A Câmara tomou conhecimento do agradecimento apresentado em sede do órgão executivo do Município de Vila Nova de Poiares, aos Autarcas dos concelhos afetados pelas intempéries que afetaram o país.---

**3.4 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL/VOTO DE SOLIDARIEDADE** – A Câmara tomou conhecimento do voto de solidariedade relativo à população vítima das recentes tempestades remetido pela Assembleia Municipal de Setúbal.-----

**3.5 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CACÉM E SÃO MARCOS/VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE** – A Câmara tomou conhecimento do voto de pesar e solidariedade pelas vítimas das recentes intempéries remetido pela União das Freguesias de Cacém e São Marcos.-----

**3.6 – TARIFAS ESPECIAIS/PROCESSO Nº 2026/300.10.002/5** – Foi presente a informação do Serviço Ação Social, Formação, Emprego e Juventude, datada de 24.02.26, relativa ao Processo Nº 2026/300.10.002/5.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ao abrigo do ponto 7, do artigo 117.º do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Góis, (extrato) n.º 5/2020, determinar o deferimento da tarifa social, de acordo com o regulamento em vigor, bem como comunicar ao requerente o deferimento do pedido efetuado.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/11** – Foi presente a informação da DGUPA – Serviço Administrativo, datada de 23.02.26, relativa ao Processo Nº 2025/450.10.064/11.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) A homologação do auto de vistoria. -----

-----b) A aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº 3, do artigo 57.º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, na atual redação, com notificação do resultado ao comunicante. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.8 – ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO** – O senhor Presidente referiu que o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de

arborização e rearborização com recurso a espécies florestais. Neste sentido, referiu que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., de acordo com o artigo 9º do diploma legal anteriormente referido, solicitou parecer da Câmara Municipal de Góis, nomeadamente o enquadramento nos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis, para os pedidos de autorização prévia para as ações de (re)arborização, tendo para o efeito dado conhecimento dos processos em questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, emitir parecer favorável aos seguintes pedidos de autorização prévia para as seguintes ações de (re)arborização:-----

-----a) PR.005264.2026;-----

-----b) PR.00503.2026;-----

-----c) PR.005349.2026;-----

-----d) PR.005350.2026;-----

-----e) PR.005368.2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.9 – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS PREVISTAS EM TERMOS LEGAIS**

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.03.26, relativa ao assunto em epígrafe, Processo Nº2023/450.30.003/108.-----

-----O senhor Presidente referiu que o presente assunto objetiva a necessidade de atualização da nomeação da Comissão de Vistorias Previstas em termos legais, tendo em conta a entrada de novos e saída de outros trabalhadores no Município. Relativamente ao procedimento de Utilização de edifícios e suas Frações, no n.º 2 do artigo 65º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) que “a vistoria é efetuada por uma comissão composta, no mínimo, por três técnicos, a designar pela Câmara Municipal, dos quais pelo menos dois devem ter habilitação legal para ser autor de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.” No nº2 do artigo 87º do RJUE relativo à receção provisória e definitiva das obras de urbanização, estas são “precedidas de vistoria, a realizar por uma comissão da qual fazem parte o interessado ou um seu representante e, pelo menos, dois representantes da câmara municipal.” Para efeitos de Vistoria Prévia referir que o nº 1 do artº. 90.º RJUE estabelece que “As deliberações referidas

nos nºs 2 e 3 do artigo 89.º são precedidas de vistoria a realizar por três técnicos a nomear pela câmara municipal, dois dos quais com habilitação legal para ser autor de projeto, correspondentes à obra objeto de vistoria, segundo o regime da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos.” Para além dessas, existe ainda a necessidade de realização de outro tipo de vistorias, inspeções ou auditorias, contempladas na legislação atualmente em vigor, designadamente: empreendimentos turísticos e alojamento local, recintos improvisados, recintos fixos de espetáculos e divertimentos, espaços de jogos e recreio, licenciamentos de combustíveis, Vistoria para determinação do nível de conservação de imóvel entre outras. A importância da realização destas vistorias, inspeções ou auditorias para a salvaguarda e proteção dos direitos dos cidadãos, para a conservação e beneficiação do património e ainda a valorização do ambiente urbano, bem como o grau de tecnicidade que estes atos exigem é crucial à constituição de uma comissão de vistorias a título permanente para o Município de Góis.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere que nova Comissão para para a realização de vistorias, auditorias ou inspeções, seja constituída pelos seguintes trabalhadores:-----

-----Técnica Superior – Arq.ª Susana Santos; Técnica Superior – Eng.ª Maria de Lurdes Rodrigues; Técnico Superior – Eng.º Carlos Cabaço; Técnica Superior – Arq.ª Ana Paula Duarte; Técnica Superior – Lucília Santa; Coordenador Técnico – Paulo Rosa; Assistente Técnico – Jorge Monteiro Assistente Técnica – Sílvia Alvarinhas; Assistente Técnica – Andreia Simões.-----

-----Referiu que podem ainda ser convocadas entidades externas para as vistorias, caso a legislação assim o exija. Assim, os elementos a integrar a composição da comissão de vistorias a efetuar em cada situação concreta, deverá ter em atenção a listagem que antecede e ainda as exigências legais de acordo com a matéria objeto da mesma.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo senhor Presidente para a nova Comissão para para a realização de vistorias, auditorias ou inspeções, substituindo a Comissão de Vistorias atual aprovada na reunião da Câmara Municipal de 30.11.2024.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.10 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA**

**TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM–AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM)** – Foi presente a informação da DAG – Contratação Pública, datada de 03.30.26, Processo Nº 2026/300.10.005/317.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, relativamente à proposta de aquisição de energia elétrica em apreciação, importa assinalar que, do ponto de vista técnico, o procedimento parece encontrar-se devidamente enquadrado no Código dos Contratos Públicos, recorrendo ao acordo-quadro da Central Nacional de Compras Municipais, mecanismo habitualmente utilizado pelas autarquias para este tipo de fornecimento. Observou que se trata, assim, de uma decisão essencialmente de gestão corrente, necessária ao normal funcionamento dos serviços municipais. Ainda assim, considerou oportuno deixar uma recomendação no sentido de que possa ser promovida uma reflexão mais ampla sobre a estratégia energética do Município, designadamente em três dimensões que entende relevantes: a eficiência energética nos edifícios e equipamentos municipais, o reforço das medidas de redução progressiva dos custos estruturais com energia e a avaliação de soluções de produção local de energia, nomeadamente através de sistemas de autoconsumo ou outras formas de energia renovável. Concluiu referindo que estes são caminhos que, a médio prazo, poderão contribuir para uma maior sustentabilidade financeira e ambiental do Município.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:-----

-----a) Adjudicar à EDP Comercial – Comercialização de Energia, S. A., a Aquisição de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial e Média Tensão ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM–AQ/105/2024) – Lote 1, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, pelo preço global de €728 233,50 (setecentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), não inclui o imposto sobre o valor acrescentado;-----

-----b) Aprovar a Minuta do Contrato.-----

-----c) Notificar o adjudicatário da decisão da adjudicação; -----

-----d) Solicitar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;-----

-----e) Solicitar a respetiva caução no valor de 5% do preço contratual, ou seja, €36 411,68 (trinta e seis mil, quatrocentos e onze euros e sessenta e oito cêntimos).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.11 – MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2026 - MODIFICAÇÕES N.º 1 A N.º 5**

– O senhor Presidente referiu que o presente assunto é para conhecimento do Executivo, tendo solicitado ao senhor Chefe da DAG para se pronunciar sobre o mesmo.-----

-----O senhor Chefe da DAG referiu que o documento plasma todas as alterações efetuadas ao Orçamento do ano em curso, estando dividido pelas rubricas que se encontram descritas até à alteração Nº 4, constando no cabeçalho a dotação modificada, traduzindo-se na modificação orçamental Nº5, sendo que onde é referido a dotação corrigida é a dotação atual, após a última alteração orçamental. O documento espelha todos os reforços e deduções que foram efetuadas nas diversas rubricas orçamentais com a dotação inicial estabelecida no Orçamento de 2026 e, tal como mencionou, a dotação final após a última alteração orçamental.-

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que seria mais fácil e transparente analisar o documento se nos tivesse sido facultada a informação individualizada e não apenas por alteração. Referiu ainda que na despesa de capital, na rubrica Equipamento de informática e também na rubrica de Software informático verifica-se uma alteração de 75.000,00€ em equipamento e 60.000,00€ em software informático, ou seja, uma alteração de 135.000,00€, questionando qual o tipo de investimento previsto que justifique o aludido montante.-----

-----O senhor Vice-Presidente informou da necessidade de reforçar o Data Center na Câmara Municipal em virtude do contrato atual estar a finalizar e não podemos ficar sem contrato de manutenção, havendo também um conjunto de equipamentos que é necessário reforçar. Acresce que temos um financiamento associado no âmbito dos ITI da CIM, no valor de 106.000,00€, cujo o prazo de exceção será até 31.12.27, pelo que importa dar início a este processo sob pena de não ficarmos sem manutenção dos equipamentos. Em relação ao software referiu que o valor está associado à questão da cibersegurança porquanto é nossa intenção reforçar o atual sistema, numa ótica de proteger sistemas, redes, dispositivos e dados contra ataques digitais, roubo ou danos, garantindo uma maior a confidencialidade, integridade e

disponibilidade das informações, pelo que havendo financiamento iremos aproveitá-lo, estando a ser tomados procedimentos para procederemos à contratação de serviços, salientando terem sido solicitados orçamentos que face ao conflito no Médio Oriente os valores tendencialmente sobem, o que já se verificou, importando que o assunto seja tratado o mais breve possível atendendo aos valores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia nove de março do ano em curso, no montante de quatro milhões, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e cinco euros e setenta cêntimos-----

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; TARIFAS ESPECIAIS/PROCESSO Nº 2026/300.10.002/5; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE ALOJAMENTO E DE RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/11; ICNF/SOLICITAÇÃO DE PARECER/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO; PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS PREVISTAS EM TERMOS LEGAIS; AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM–AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM).**-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_